

Frente Corretora de Cambio S.A.

CNPJ nº 71.677.850/0001-77 - NIRE 35300612469

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.09.2025

Data: 29 de setembro de 2025, às 10:00 horas. **Local:** Sede social da Frente Corretora de Câmbio S.A. (“Companhia”), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, CEP 04571-900, São Paulo - SP. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada nos termos do parágrafo 4º, artigo 124 da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), em virtude da presença de 100% (cem por cento) dos acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes da presente ata. **Mesa:** Presidente: Daniela Fátima Bernardi Marchiori. Secretário: Ricardo Baraçal Panariello. **Ordem do Dia:** 1. Retificar e ratificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2025 às 10:00hs (“AGÉ de 23.07.2025”); 2. Ratificar a integralização do capital social da companhia deliberado na ata da AGÉ de 23.07.2025; e 3. Reformar e consolidar o novo Estatuto Social da Companhia para refletir os itens acima. **Considerações Preliminares:** De acordo com o parágrafo único do artigo 121 da Lei das S.A., essa Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante essa Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através de sistema eletrônico com senha pessoal e intransferíveis capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Preliminarmente, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme facultado pelo § 1º do art. 130 da Lei das S.A. **Deliberações:** Os acionistas, detentores da totalidade das ações ordinárias da Companhia, deliberaram, sem qualquer ressalva ou restrição, o que segue: **1. Retificar e ratificar** a ata da AGÉ de 23.07.2025 para: (i) constar corretamente o valor do capital social, após o aumento de capital ocorrido no montante de R\$ 8.159.050,00 (oito milhões, cento e cinquenta e nove mil e cinquenta reais), pois, por um lapso, constou R\$ 100,00 (cem reais) a mais do que originalmente aumentado. Desta forma o capital correto após o aumento é de R\$ 20.493.881,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos), e não de R\$ 20.493.981,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos); (ii) retificar o preço das novas ações emitidas em decorrência do referido aumento de capital para fazer constar todas as casas decimais; e (iii) retificar o representante da acionista Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Creogalea FIP Multiestratégia Investimento no Exterior”) para constar a CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda, CNPJ nº 23.863.529/0001-34. Desta forma: **1.1. Retificar** os seguintes itens da AGÉ de 23.07.2025: (as deliberações “1.” e “1.4.”; (ii) o item “acionistas” das assinaturas constantes na referida ata; (iii) o boletim de subscrição constante do Anexo I; (vi) o boletim de subscrição constante do Anexo li; e (v) a Cláusula Quinta do Estatuto Social constante do Anexo III, a saber: **1.1.1. Deliberação 1: Onde se Lê:** “1. Aumentar o capital social da Companhia dos atuais R\$ 12.334.831,76 (doze milhões, trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 244.822 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e duas) Ações ON, para R\$ 20.493.981,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 256.612 (duzentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e doze) Ações ON, mediante a emissão de 11.790 (onze mil e setecentos e noventa) novas Ações ON, ao preço de emissão de, aproximadamente, R\$ 692,00 (seiscentos e noventa e dois reais) por ação, fixado com base nos incisos I e II combinados, do § 1º, do artigo 170, da Lei 6.404/76, totalizando, portanto, um aumento de R\$ 8.159.050,00 (oito milhões, cento e cinquenta e nove mil e cinquenta reais).” “1. Aumentar o capital social da Companhia dos atuais R\$ 12.334.831,76 (doze milhões, trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 244.822 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e duas) Ações ON, para R\$ 20.493.881,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 256.612 (duzentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e doze) Ações ON, mediante a emissão de 11.790 (onze mil e setecentos e noventa) novas Ações ON, ao preço de emissão de R\$ 692,0313825276 por ação, fixado com base nos incisos I e II combinados, do § 1º, do artigo 170, da Lei 6.404/76, totalizando, portanto, um aumento de R\$ 8.159.050,00 (oito milhões, cento e cinquenta e nove mil e cinquenta reais).” **1.1.2. Deliberação 1.4.: Onde se Lê:** “1.1. Face as deliberações supra, reformar o “caput” da Cláusula 5 do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar de acordo com a seguinte redação: “Cláusula 5. O Capital Social é de R\$ 20.493.981,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 256.612 (duzentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e doze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. [...]” “1.1. Face as deliberações supra, reformar o “caput” da Cláusula 5 do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar de acordo com a seguinte redação: “Cláusula 5. O Capital Social é de R\$ 20.493.881,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 256.612 (duzentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e doze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. [...]” “1.1. Face as deliberações supra, reformar o “caput” da Cláusula 5 do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar de acordo com a seguinte redação: “Cláusula 5. O Capital Social é de R\$ 20.493.881,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 256.612 (duzentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e doze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. [...]” **1.1.3. Assinaturas: Onde se Lê:** “Acionistas: [...] Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, Creogalea LLC - Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ: 46.947.28710001-62, “Acionistas: [...] Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., CNPJ nº 23.863.529/0001-34 **1.1.4. Boletim de subscrição constante do Anexo 1: Onde se Lê:** “[...] A subscritora, abaixo assinado, neste ato, subscreve 5.895 (cinco mil e oitocentos e noventa e cinco) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de, aproximadamente, R\$ 692,00 (seiscentos e noventa e dois reais) por ação, fixado com base nos incisos I e II combinados, do § 1º, do artigo 170, da Lei 6.404/76, totalizando R\$ 4.079.525,00 (quatro milhões, setenta e nove mil e quinhentos e vinte e cinco reais), de emissão da Frente Corretora de Câmbio S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, São Paulo - SP, CEP 04571-900, inscrita no CNPJ sob nº 71.677.850/0001-77 (“Companhia”), e integraliza parcialmente as ações subscritas neste ato, conforme descrito a seguir: [...]” **1.1.5. Boletim de subscrição constante do Anexo II: Onde se Lê:** “[...] A subscritora, abaixo assinado, neste ato, subscreve 5.895 (cinco mil e oitocentos e noventa e cinco) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de, aproximadamente, R\$ 692,00 (seiscentos e noventa e dois reais) por ação, fixado com base nos incisos I e II combinados, do § 1º, do artigo 170, da Lei 6.404/76, totalizando R\$ 4.079.525,00 (quatro milhões, setenta e nove mil e quinhentos e vinte e cinco reais), de emissão da Frente Corretora de Câmbio S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, São Paulo - SP, CEP 04571-900, inscrita no CNPJ sob nº 71.677.850/0001-77 (“Companhia”), e integraliza parcialmente as ações subscritas neste ato, conforme descrito a seguir: [...]” **1.1.6.** Clausula Quinta do Estatuto Social Constante do Anexo III: Onde se Lê: “Cláusula 5. O Capital Social é de R\$ 20.493.981,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 256.612 (duzentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e doze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Leia-se: “Cláusula 5. O Capital Social é de R\$ 20.493.881,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 256.612 (duzentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e doze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **1.2. Ratificar** as demais deliberações e informações contidas na referida AGÉ de 23.07.2025. 2. Os acionistas ratificam que o capital social da companhia, na presente data, encontra-se, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional do país, após a integralização do montante de R\$ 4.079.525,00 (quatro milhões, setenta e nove mil e quinhentos e vinte e cinco reais), valor este remanescente do aumento de capital social deliberado na AGÉ de 23.07.2025. 3. Face as deliberações supra reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, contemplando as alterações acima na forma do Anexo I a presente ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. As partes admitem como válida a assinatura do presente instrumento em formato eletrônico, por meio da plataforma eletrônica com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 1º da medida provisória nº 2.200-2/2001. São Paulo, 29 de setembro de 2025. **Assinaturas:** Daniela Fátima Bernardi Marchiori, Presidente; Ricardo Baraçal Panariello, Secretário. **Acionistas:** Altino Pavan, Daniela Fátima Bernardi Marchiori, Ricardo Baraçal Panariello, Frente Capital S.A., Daniela Fátima Bernardi Marchiori, Diretora; Ricardo Baraçal Panariello, Diretor, Frente Holding Financeira S.A., Daniela Fátima Bernardi Marchiori, Diretora; Ricardo Baraçal Panariello, Diretor, Frentehtech Serviços em Tecnologia da Informação Ltda., Daniela Fátima Bernardi Marchiori, Sócia-Administradora. Creogalea FIP Multiestratégia Investimento no Exterior, CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., CNPJ nº 23.863.529/0001-34, JUICESP nº 426.082/25-4 em 02/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Razão Social, Sede, Objeto Social e Prazo. Cláusula 1. A Frente Corretora de Câmbio S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pelas disposições deste Estatuto Social e pela legislação aplicável, especialmente a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 76, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). **Cláusula 2.** A Companhia terá sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, CEP 04571-900. Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá instalar ou encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no Brasil ou no exterior, observado este Estatuto Social e as prescrições legais. **Parágrafo Único** – A Companhia, por determinação de sua Diretoria e de acordo com a regulamentação vigente do Conselho Monetário Nacional, poderá instalar Postos de Atendimento - PAs, fixos ou móveis, subordinados à agências ou sede, destinado ao atendimento ao público no exercício de uma ou mais de suas atividades, sem necessidade de prévia autorização do Banco Central do Brasil, apenas o cadastramento dos dados no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (INICAD), nos termos do artigo 11 da Resolução-CMN nº 4.072, de 26 de abril de 2012. **Cláusula 3.** A Companhia terá por objeto social a atividade de operações no mercado de câmbio, especificamente: a) operações de câmbio com clientes para liquidação pronta de até US\$300.000,00 (trezentos mil dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em outras moedas; e b) operações no mercado interbancário, arbitragens no País e, por meio de banco autorizado a operar no mercado de câmbio, arbitragem com o exterior. É vedado à Companhia: a) realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através de cessão de direitos; b) adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central do Brasil; e c) obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados à aquisição de bens para uso próprio. **Cláusula 4.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Cláusula 5.** O Capital Social é de R\$ 20.493.881,76 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e três mil, oitocentos e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) dividido em 256.612 (duzentos e cinquenta e seis mil e seiscentos e doze) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro:** As ações são indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo Segundo:** A Companhia poderá criar reservas de capital, de acordo com as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desde que sua capitalização seja sem a emissão de novas ações. **Parágrafo Terceiro:** Cada ação ordinária da Companhia corresponderá a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais, cuja deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e de legislação aplicável. **Parágrafo Quarto:** A Companhia poderá mediante deliberação da Assembleia Geral aumentar o capital social, podendo ser emitidas tanto ações ordinárias como preferenciais, sendo que para as ações preferenciais

observar-se-á: a) a prioridade na distribuição de dividendos; b) participação, em igualdades de condições com as ações ordinárias, dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros, bem como na distribuição de ações bonificadas, provenientes de capitalização de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer fundos; e c) prioridade no reembolso do capital, sem prejuízo, em caso de dissolução da Companhia. **Capítulo III. Assembleia Geral. Cláusula 6.** As Assembleias Gerais dos Acionistas serão realizadas, ordinariamente, dentro dos primeiros quatro (4) meses após o término do exercício e, extraordinariamente, sempre que os interesses corporativos exigirem, para decidir qualquer matéria de sua competência. **Parágrafo Único:** Os acionistas poderão ser representados na Assembleias Gerais por procurador que satisfaça as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações. **Cláusula 7.** As Assembleias Gerais dos Acionistas serão convocadas e presididas pelo Diretor Presidente e, em caso de ausência, por qualquer membro que detiver ações representando a maioria do capital social votante da Companhia. O presidente da Assembleia Geral indicará um secretário para auxiliá-lo nos trabalhos e lavrar a ata da Assembleia Geral. **Parágrafo Único:** Não obstante as formalidades aqui previstas em relação à chamada, a Assembleia Geral dos Acionistas, será considerada, regularmente convocada sempre que todos os acionistas estiverem presentes. **Cláusula 8.** As Assembleias Gerais dos acionistas serão realizadas na sede da Companhia e instaladas na primeira chamada, com a presença dos acionistas que detiverem ações representando a maioria do capital social com direito a voto da Companhia ou, na segunda chamada, com a presença dos acionistas que detiverem ações representando qualquer percentual do capital social com direito a voto da Companhia. **Parágrafo Único:** A ata das Assembleias Gerais e suas resoluções serão registradas em livro próprio. **Cláusula 9.** As matérias submetidas para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas serão adotadas pelo voto dos acionistas que detiverem ações representando a maioria do capital social com direito a voto da Companhia presentes na Assembleia, exceto conforme previsto na Cláusula 1º abaixo. **Cláusula 10.** A aprovação das matérias abaixo exigirá o voto dos acionistas que detiverem ações representando a maioria do capital social com direito a voto da Companhia, a menos que um quórum superior seja aplicável conforme previsto em Acordo de Acionistas: a) alteração relevante do objeto social da Companhia; b) criação de uma nova classe de ações ou modificações dos direitos atribuídos às ações; c) emissão de novas ações, aumento ou redução de capital ou recapitalização da Companhia, ou qualquer resgate ou amortização de ações, exceto conforme previsto no plano de negócios; d) envolvimento da Companhia em qualquer transação societária relevante, inclusive qualquer fusão ou incorporação, cisão ou qualquer forma de reestruturação societária, exceto em relação a qualquer reestruturação societária interna envolvendo a Companhia que não resulte em alteração às ações detidas pelos acionistas ou aos direitos atribuídos a suas ações; e e) dissolução, liquidação, pedido de falência ou procedimentos de insolvência da Companhia. **Capítulo IV. Administração da Companhia. Cláusula 11.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral com Mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro:** Os Diretores serão investidos em seus cargos, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, mediante assinatura do termo de posse no livro societário próprio, observadas as orientações do Banco Central do Brasil e cumpridas as formalidades legais aplicáveis, permanecendo em seus cargos até a posse dos seus substitutos. **Parágrafo Segundo:** Os membros da Diretoria perceberão remuneração e poderão perceber participação nos lucros, observados os limites legais. A remuneração e/ou participação nos lucros deverá ser estabelecida em Assembleia Geral dos Acionistas. **Parágrafo Terceiro:** É expressamente vedado ao Diretor, procurador ou empregado da Companhia a prática de qualquer ato envolvendo a Companhia, que seja estranho ao seu objeto social, sendo tal ato considerado nulo de pleno direito. A prática de tais atos sujeitará o diretor, procurador ou empregado da Companhia a responsabilização civil e criminal, se aplicável. **Parágrafo Quarto:** A Diretoria reunir-se-á quando necessário, por convocação de qualquer de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos. **Parágrafo Quinto:** No caso de impedimentos ou ausência temporárias de qualquer um dos Diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, um substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente. **Parágrafo Sexto:** Os Diretores ficam dispensados de prestar caução em garantia de suas gestões. **Cláusula 12.** Compete à Diretoria: a) atuar como interface entre diferentes unidades organizacionais, administrando o processo de disseminação da missão, visão e cultura da Companhia; b) responder pela administração geral da Companhia, atuando de forma a realizar o planejamento estratégico aprovado e zelando para que os investimentos realizados tragam os retornos estabelecidos, dentro dos padrões de qualidade, rentabilidade, prazos segurança e éticos definidos; c) representar a Companhia perante as autoridades monetárias, civis, entidades de classe e mercado em geral, zelando pela sua imagem e defendendo seus direitos. **Parágrafo Primeiro** - Compete ao: i) **Diretor Presidente** comandar a execução da política, das diretrizes e das atividades gerais da Companhia, exercer a fiscalização dos demais Diretores e, ainda, presidir as reuniões da Diretoria; e ii) aos demais **Diretores** sem designação específica a gestão dos aspectos ligados ao mercado de câmbio e a gestão institucional dos mecanismos de controle internos necessários às atividades da Companhia. **Parágrafo Segundo** - A representação da Companhia e a prática de atos necessários ao seu funcionamento regular, competirá sempre a: a) o Diretor Presidente, isoladamente; b) os Diretores sem designação, sempre em conjunto de dois; c) ao Diretor sem designação, sempre em conjunto com 1 (um) procurador, este devidamente constituído na forma do Parágrafo Segundo do artigo 14; ou d) a 2 (dois) procuradores em conjunto, estes devidamente constituídos na forma do na forma do Parágrafo Segundo do artigo 14. **Cláusula 13.** As reuniões da Diretoria serão realizadas sempre que necessário e somente o Diretor Presidente poderá convocar uma reunião da Diretoria. **Parágrafo Primeiro:** As reuniões da Diretoria serão instaladas mediante a presença de todos os membros que compõem o quadro de Diretores da Companhia. **Parágrafo Segundo:** As resoluções da diretoria serão adotadas pelo voto da maioria dos Diretores. **Parágrafo Terceiro:** A ata de reunião da Diretoria e suas resoluções serão registradas em livro próprio. **Cláusula 14.** Os atos que envolvam responsabilidade para a Companhia, ou dispensem obrigações de terceiros perante a Companhia somente serão válidos com a assinatura do Diretor Presidente. **Parágrafo Primeiro:** A Companhia somente poderá ser representada pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, na emissão de duplicatas, no endosso de cheques, exclusivamente para depósito em favor da Companhia em suas contas bancárias, para receber citação e notificação extrajudicial ou judicial. **Parágrafo Segundo:** As procurações a serem outorgadas pela Companhia sempre deverão ser assinadas pelo Diretor Presidente e serem outorgadas para propósitos específicos e por um prazo de duração definido, que não deverá exceder 1 (um) ano, exceto por aquelas com poderes “ad judicium”, que serão outorgadas por prazo indefinido. **Parágrafo Terceiro:** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, ou perante quaisquer órgãos públicos ou autoridades federais, estaduais ou municipais, será atribuída ao Diretor Presidente ou um procurador da Companhia, cujos poderes sejam especificados em uma procuração. **Capítulo V. Funcionamento da Ouvidoria. Cláusula 15.** A Ouvidoria, de funcionamento permanente, terá as seguintes atribuições: a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Companhia; b) atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e **Parágrafo Primeiro** - As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação; c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; d) manter a Diretoria da Companhia, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos seus representantes para solucioná-los; e e) o diretor responsável pela Ouvidoria deve elaborar relatório semestral quantitativo e qualitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria, nas datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro. O referido relatório deve ser encaminhado à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e aos Administradores da Companhia. **Parágrafo Segundo** - A Companhia terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, o qual será nomeado pela Diretoria dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato por 12 (doze) meses. **Parágrafo Terceiro** - A Diretoria poderá destituir o Ouvidor caso ele descumpra as atribuições previstas no “caput” e Parágrafo Primeiro desta cláusula. **Parágrafo Quarto** - Será dada à Ouvidoria as condições adequadas para o seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **Parágrafo Quinto** - A Ouvidoria terá acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Parágrafo Sexto** - De acordo com o parágrafo “b”, Inciso li do Artigo 5º da Resolução nº 4.860 de 23 de outubro de 2020 do Conselho Monetário Nacional, é admitido o compartilhamento da Ouvidoria por instituição não integrante de conglomerado composto por pelo menos duas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, podendo ser constituída a ouvidoria na associação de classe a que seja filiada ou na bolsa de valores ou bolsa de mercadorias e futuros ou bolsa de valores e de mercadorias e futuros nas quais realize operações. **Capítulo VI. Conselho Fiscal. Cláusula 16.** O Conselho Fiscal terá seu funcionamento não permanente, sendo instalado a pedido dos acionistas, dentro do que preceitua o artigo 161 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, composto por até 3 (três) membros efetivos, acionistas ou não, residentes no Brasil ou não, todos qualificados segundo as exigências e com as atribuições previstas em lei. **Cláusula 17.** O Conselho Fiscal uma vez instalado deverá eleger todos os seus membros efetivos e suplentes, cujo mandato expirará no dia após a Assembleia Geral Ordinária. **Cláusula 18.** O Conselho Fiscal, quando instalado e eleito, deverá se unir ordinariamente ao menos uma vez a cada trimestre. **Cláusula 19.** A Assembleia Geral dos Acionistas que eleger o Conselho Fiscal deverá observar as disposições legais aplicáveis a cada membro efetivo e seu suplente, no exercício de suas atribuições. **Capítulo VII. Exercício Fiscal e Lucros. Cláusula 20.** O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Cláusula 21.** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os acionistas deliberarão sobre a aprovação das contas da administração, através de Assembleia Geral conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Primeiro:** Dos resultados do exercício financeiro, as perdas acumuladas e as provisões para imposto de renda serão deduzidas nos termos do Artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo:** Do lucro líquido do exercício, cinco por cento (5%) serão alocados à constituição da reserva legal, que não deverá exceder vinte por cento (20%) do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Terceiro:** Do lucro líquido devidamente ajustado de acordo com o Artigo 202, item i, subitem “a” da Lei das Sociedade por Ações, ao menos vinte e cinco por cento (25%) serão distribuídos aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Quarto:** Os acionistas deverão decidir sobre a distribuição ou outra alocação do lucro líquido excedendo o dividendo mínimo obrigatório. **Cláusula 22.** A Companhia, por proposta da Diretoria, “ad referendum” da Assembleia Geral, poderá distribuir (i) dividendos intermediários, descontados da conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes do último balanço anual ou semianual; e/ou (ii) dividendos intercalares, descontados da receita existente de balanços intervalares elaborados trimestralmente ou em períodos de tempo mais curtos. **Cláusula 23.** A Companhia poderá, se assim resolvido pela Assembleia Geral, pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, conforme previsto nos termos do Artigo 9, § 7 da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada, e a legislação e regulamentos aplicáveis, atribuindo ao valor dos juros sobre o capital próprio pago ou creditado ao valor dos dividendos obrigatórios. **Capítulo VIII. Acordo de Acionistas. Cláusula 24.** A Companhia e seus administradores deverão cumprir e observar eventuais Acordo de Acionistas, que deverá ser arquivado em sua sede (“Acordo de Acionistas”). O presidente da Assembleia Geral dos Acionistas não deverá registrar o voto de um acionista que não cumpra os termos do Acordo de Acionistas. **Capítulo IX. Disposições Gerais. Cláusula 25.** A Companhia será dissolvida e liquidada nas circunstâncias previstas em lei, neste Estatuto Social e/ou no Acordo de Acionistas e a Assembleia Geral, deverá determinar a forma de liquidação e eleger um síndico ou síndicos e os membros do Conselho Fiscal, que estará instalado durante todo o período de liquidação, estabelecendo, ainda, seus poderes e remuneração. **Cláusula 26.** Qualquer omissão e/ou dúvidas relacionadas a este Estatuto Social serão resolvidas pela Assembleia Geral dos Acionistas. **Capítulo X. Foro. Cláusula 27.** Todas e quaisquer disputas, dúvidas ou controvérsias decorrentes direta ou indiretamente relacionadas a este Estatuto Social, envolvendo quaisquer dos acionistas e a Companhia, deverão ser necessariamente resolvidas perante o Foro Central da Comarca de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, que será o competente para conhecer de qualquer procedimento judicial.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 – NIRE 35.300.361.130 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: Realizada em 22 de dezembro de 2025, às 12:00, na sede social da Azul S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulião Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040. **2. Convocação e Presença:** A reunião foi convocada nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e devidamente instalada em primeira convocação, tendo em vista a presença da maioria dos membros efetivos do Conselho de Administração. Membros do Conselho de Administração presentes, David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Renata Faber Rocha Ribeiro, Patrick Wayne Quayle, José Mario Caprioli dos Santos e James Jason Grant. **3. Mesa:** David Gary Neeleman – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre os seguintes itens: **(i)** a realização de oferta pública de distribuição primária de novas ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e de ações preferenciais ("Ações Preferenciais") e, quando em conjunto com as Ações Ordinárias, "Ações" de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Emissão"), com a atribuição de bônus de subscrição como vantagem adicional aos subscritores ("Bônus de Subscrição"), destinada exclusivamente aos Acionistas (conforme definido abaixo), no âmbito da Oferta Prioritária (conforme definido no fato relevante da Oferta), e a investidores profissionais, conforme definido nos artigos 11 e 13 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Resolução CVM 30") e "Investidores Profissionais", incluindo investidores institucionais e não institucionais, no âmbito da Oferta Institucional (conforme definido no fato relevante da Oferta), a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, sob o rito automático de registro perante a CVM, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea "a)" da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022 ("Resolução CVM 160"), com colocação privada das Ações e do Bônus de Subscrição no exterior ("Oferta"), sendo que a Emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no caput do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, conforme alterado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de dezembro de 2025; **(ii)** a exclusão do direito de preferência aos atuais acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia ("Acionistas") na subscrição das Ações a serem emitidas no contexto da Oferta, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e do § 2º do artigo 6º, do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a concessão de direito de prioridade aos Acionistas na forma do artigo 53, caput da Resolução CVM 160, de até a totalidade das Ações (e consequente recebimento dos Bônus de Subscrição), a serem colocadas por meio da Oferta, observado os procedimentos divulgados por meio do fato relevante da Oferta; **(iv)** a ratificação dos atos que a Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito da Oferta, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia; e **(v)** a renovação da autorização aos membros da Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia para praticarem todos os atos e adotarem todas as medidas necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento das deliberações tomadas nesta reunião para implementação da Oferta, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após a discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **(i)** aprovar a realização da Oferta, de acordo com os principais termos e condições descritos abaixo: a. a Oferta consistirá na distribuição primária das Ações a serem emitidas pela Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada pela Companhia, compreendendo 723.861.340.715 novas Ações Ordinárias e 723.861.340.715 novas Ações Preferenciais, observado o disposto no artigo 15, § 2º, da Lei das S.A., a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea "a)", da Resolução da CVM 160, destinada exclusivamente aos Acionistas; b. no âmbito da Oferta Prioritária, deverão ser subscritas e integralizadas Ações em cestas de Ações em quantidade correspondente a (i) 1.000.000 de Ações Ordinárias ("Cestas de Ações Ordinárias") ou (ii) 10.000 Ações Preferenciais ("Cestas de Ações Preferenciais") e, em conjunto com as Cestas de Ações Ordinárias, "Cestas de Ações" (o Preço por Cesta e o Preço por Lote foram arredondados para cima em razão de limitações operacionais dos sistemas da B3, que não permitem a integralização de valores inferiores a um centavo, menor fração monetária atualmente admitida no Brasil. Para fins de cálculo do montante total da Oferta, foi considerado o Preço por Ação com todas as suas casas decimais, sem arredondamentos), não sendo aceitos, na Oferta Prioritária, quaisquer pedidos de subscrição prioritária de Ações que não observem essa condição, isto é, não representem pelo menos um múltiplo inteiro de Cestas de Ações. Assim, na Oferta Prioritária, somente serão considerados válidos os pedidos que compreendam Ações representativas de um múltiplo inteiro de Cestas de Ações, conforme estabelecido no âmbito da presente Oferta. No âmbito da Oferta Institucional, deverão ser subscritas e integralizadas Ações em lotes padrão de negociação de Ações em quantidade correspondente a **(i)** 1.000.000 de Ações Ordinárias ("Lote de Ações Ordinárias") ou **(ii)** 10.000 de Ações Preferenciais ("Lote de Ações Preferenciais") e, em conjunto com o Lote de Ações Ordinárias, "Lotes de Ações" (o Preço por Cesta e o Preço por Lote foram arredondados para cima em razão de limitações operacionais dos sistemas da B3, que não permitem a integralização de valores inferiores a um centavo, menor fração monetária atualmente admitida no Brasil. Para fins de cálculo do montante total da Oferta, foi considerado o Preço por Ação com todas as suas casas decimais, sem arredondamentos), não sendo aceitos, na Oferta Institucional, quaisquer pedidos de subscrição que não observem essa condição, isto é, não representem pelo menos um múltiplo inteiro de Lotes de Ações. Assim, na Oferta Institucional, somente serão consideradas válidas as ordens que compreendam Ações representativas de um Lote de Ação, conforme estabelecido no âmbito da Oferta; c. a Oferta integra o plano de reestruturação da Companhia ("Plano") nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), sob o Chapter 11 do United States Bankruptcy Code ("Reestruturação") e tem como objetivo implementar a capitalização obrigatória do valor principal das Senior Notes de cupom de 11,930%, com vencimento em 2028 ("Notas 11L"), e das Senior Notes de cupom de 11,500%, com vencimento em 2029, e de cupom de 10,875%, com vencimento em 2030 ("Notas 21L" e, em conjunto com as Notas 1L, "Notas"), emitidas pela Azul Secured Finance LLP e de titularidade de determinados investidores ("Titulares das Notas"), as quais contam com garantia fiduciária da Companhia e de outras sociedades do grupo da Companhia. a capitalização será implementada por meio da troca obrigatória do valor do principal das Notas por ações (inclusive na forma de ADRs, conforme definido abaixo) emitidas no âmbito da Oferta. Para fins da Oferta, a Azul 1L Creditors' Entity Ltd. e a Azul 2L Creditors' Entity Ltd., cada uma delas uma sociedade constituída nas Ilhas Cayman com responsabilidade limitada ("Entidades Credoras") (i) atuarão como representantes dos Titulares das Notas 1L e dos Titulares das Notas 21L, respectivamente, e (ii) subscreverão Ações na forma de ADRs por conta e ordem dos Titulares das Notas. Nos termos do Plano e da Reestruturação, os Titulares das Notas serão considerados, de forma irrevogável, como tendo, direta ou indiretamente, conforme aplicável, transferido e/ou cedido à respectiva Entidade Credora a totalidade dos créditos relacionados às Notas; d. a Oferta será realizada sob a coordenação do UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("UBS BB" ou "Coordenador da Oferta"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinária e Ações Preferenciais, com Bônus de Subscrição, de Emissão da Azul S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador da Oferta ("Contrato de Colocação"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), em conformidade com os procedimentos da Resolução CVM 160, do "Código ANBIMA para Ofertas Públicas", das "Regras e Procedimentos ANBIMA", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") e das demais disposições legais aplicáveis, observado o disposto no Regulamento de Acesso ao Nível 1 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Nível 2" e "B3", respectivamente), sendo que a Emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no caput do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; e, simultaneamente, no âmbito da Oferta, haverá colocação privada das Ações, na forma de ADRs, e dos Bônus de Subscrição no exterior para as Entidades Credoras em benefício dos Titulares das Notas, em transações isentas ou não sujeitas a registro nos termos do U.S. Securities Act of 1933 ("Securities Act"), de acordo com a seção 1145 do Código de Falências dos Estados Unidos, a seção 4(a)(2) do Securities Act e/ou o Regulation S do Securities Act e os regulamentos promulgados nos termos do Securities Act. A Oferta não será destinada aos detentores dos certificados de depósito de valores mobiliários (american depositary receipts) da Companhia emitidos nos Estados Unidos ("ADRs"), sendo que tais investidores somente estarão autorizados a participar da Oferta se, na qualidade de Investidores Profissionais, investirem diretamente nas Ações no Brasil no âmbito da Oferta institucional; f. não será permitida a participação dos detentores dos ADRs na Oferta Prioritária; g. a Oferta Prioritária e a Oferta Institucional não serão registradas nos termos do Securities Act ou qualquer outra legislação federal ou estadual do Estados Unidos; h. não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição das Ações ofertadas por parte dos Acionistas e/ou dos Investidores Profissionais até a data da conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Profissionais, no Brasil, pelo Coordenador da Oferta, para definição da alocação dos Lotes de Ações, com base nas indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume) pelos Lotes de Ações, coletadas junto a Investidores Profissionais, incluindo Entidades Credoras ("Procedimento de Alocação"), nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os pedidos de subscrição prioritária e todas as intenções de investimento dos Acionistas e/ou dos Investidores Profissionais, conforme o caso, automaticamente canceladas; i. as Cestas de Ações e os Bônus de Subscrição da Oferta Prioritária serão destinados exclusivamente à colocação perante os Acionistas e os Lotes de Ações remanescentes serão ofertados exclusivamente a Investidores Profissionais, incluindo os Titulares das Notas, representados pelas Entidades Credoras ("Oferta Institucional"); j. o preço de emissão das novas ações será de R\$0,00013527 por Ação Ordinária e de R\$0,01014509 por Ação Preferencial (em conjunto, o "Preço por Ação"). Nesse sentido, (i) o preço por Cesta de Ação Ordinária será de R\$135,27, equivalente ao Preço por Ação Ordinária multiplicado por 1.000.000 de Ações Ordinárias ("Preço por Cesta de Ação Ordinária") e o preço por Cesta de Ação Preferencial será de R\$101,45, equivalente ao Preço por Ação Preferencial multiplicado por 10.000 Ações Preferenciais ("Preço por Cesta de Ação Preferencial") e, em conjunto com o Preço por Cesta de Ação Ordinária, "Preço por Cesta de Ação"; e (ii) o preço por Lote de Ação Ordinária será de R\$135,27, equivalente ao Preço por Ação Ordinária multiplicado por 1.000.000 de Ações Ordinárias ("Preço por Lote de Ação Ordinária") e o preço por Lote de Ação Preferencial será de R\$101,45, equivalente ao Preço por Ação Preferencial multiplicado por 10.000 Ações Preferenciais ("Preço por Lote de Ação Preferencial") e, em conjunto com o Preço por Lote de Ação Ordinária, "Preço por Lote de Ação". O Preço por Ação e, consequentemente, o Preço por Cesta de Ação e o Preço por Lote de Ação foram fixados considerando os termos, parâmetros econômicos e obrigações estabelecidos no Plano, no contexto da Reestruturação da Companhia de forma uniforme e em bases compatíveis com o interesse social, sem diluição injustificada dos atuais acionistas, observados, entre outros fatores: **(a)** o valor do patrimônio líquido das ações da Companhia, nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das S.A., que é negativo; e **(b)** os parâmetros e condições previstos no Plano. Os valores atribuídos às Ações e, consequentemente, às Cestas de Ações e aos Lotes de Ações refletem, de forma clara e consistente, a estrutura de capital atualmente existente, na medida em que o montante total da dívida da Companhia é substancialmente superior ao valor de seu patrimônio (equity value), que é negativo, circunstância que impacta diretamente as métricas de avaliação e sustenta, em conjunto com os demais elementos acima referidos, a determinação do Preço por Ação e, consequentemente, do Preço por Cesta de Ação e do Preço por Lote de Ação; k. no

âmbito da Oferta, os Investidores Profissionais e os Acionistas receberão 1 (um) Bônus de Subscrição a cada 1 (uma) Ação subscrita e integralizada. Cada Bônus de Subscrição dará direito ao Investidor Profissional e ao Acionista de subscrever 1 (uma) nova ação ordinária, pelo Preço por Ação Ordinária, ou 1 (uma) nova ação preferencial, pelo Preço por Ação Preferencial, durante o Período de Exercício (conforme o montante abaixo definido). Dessa forma, o montante total da Oferta será de R\$ 7.441.550.992,27, considerando o montante total de R\$ 97.915.144,64 com base no Preço por Ação Ordinária e o montante total de R\$ 7.343.635.847,63 considerando o Preço por Ação Preferencial. Os demais termos e condições dos Bônus de Subscrição estão descritos no instrumento constante do Anexo à presente ata; l. a emissão das Ações e dos Bônus de Subscrição, bem como a verificação e homologação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia, serão aprovados em reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a conclusão do Procedimento de Alocação; m. as Ações que forem objeto de esforços de colocação privada no exterior junto às Entidades Credoras no âmbito das Dividas Financeiras – Notas serão integralmente colocadas no Brasil pelo Coordenador da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, e obrigatoriamente subscritas e liquidadas no Brasil, (a) em moeda corrente nacional; ou (b) mediante a entrega, integral ou parcial, de créditos atualmente detidos pelos Titulares das Notas em razão da emissão das Notas ("Dividas Financeiras – Notas"), diretamente pelas Entidades Credoras, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, ou por outra pessoa, inclusive uma pessoa interposta, a ser contratada pela Companhia, para atuar como agente comissário, nos termos dos artigos 693 e 709 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Comissário"), em benefício dos Titulares das Notas, sendo certo que nesta última hipótese, a integralização pelo Comissário, por conta e ordem das Entidades Credoras, ocorrerá exclusivamente com o intuito de entregar as Ações subscritas e integralizadas com as Dividas Financeiras – Notas (ou os ADRs a elas adjacentes) aos Titulares das Notas; n. considerando que a Oferta tem por finalidade viabilizar a capitalização das Dividas Financeiras – Notas nos termos do Plano, a totalidade dos recursos financeiros captados pela Companhia no âmbito da Oferta Prioritária será destinada exclusivamente ao pagamento das Dividas Financeiras – Notas. No âmbito da Oferta Institucional, a integralização dos respectivos Lotes de Ações pelas Entidades Credoras será realizada por meio da capitalização das Dividas Financeiras – Notas, razão pela qual não haverá ingresso de qualquer recurso financeiro na Companhia decorrente da Oferta Institucional; o. o Coordenador da Oferta realizará a distribuição das Ações (sem considerar os Lotes de Ações a serem integralizados com as Dividas Financeiras – Notas), em regime de garantia firme de liquidação ("Garantia Firme de Liquidação"). A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação do Coordenador da Oferta, de integrar as Ações (sem considerar as Ações a serem integralizadas com as Dividas Financeiras – Notas que tenham sido subscritas, porém não integralizadas pelas Entidades Credoras), na data da liquidação física e financeira das Ações ("Data de Liquidação"), nos termos do Contrato de Colocação, e é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de Alocação, a ser divulgado no "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, com Bônus de Subscrição, de Emissão da Azul S.A." da Oferta e assinado o Contrato de Colocação, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas a serem previstas no Contrato de Colocação e disponibilizado o "Memorando Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, com Bônus de Subscrição, de Emissão da Azul S.A." para os Investidores Profissionais; p. não serão celebrados contratos de estabilização de preços no âmbito da Oferta, garantias e/ou garantia de liquidez para as Ações; e q. as demais características da Oferta constarão de divulgação ao mercado a ser realizada oportunamente pela Companhia, nos termos da legislação aplicável. **(ii)** aprovar a exclusão do direito de preferência aos Acionistas na subscrição das Ações a serem emitidas no contexto da Oferta, nos termos do inciso I, do artigo 172, da Lei das S.A. e do § 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** aprovar a concessão de direito de prioridade aos Acionistas, na forma do artigo 53, caput, da Resolução CVM 160, de até a totalidade das Ações (e consequente recebimento dos Bônus de Subscrição), a serem colocadas por meio da Oferta, observado os procedimentos divulgados por meio do fato relevante da Oferta; **(iv)** ratificar os atos que a Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito da Oferta, inclusive com relação à contratação do Coordenador da Oferta, da B3 e dos assessores legais, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia; e **(v)** autorizar que os membros da Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia continuem a praticar todos os atos e adotar todas as medidas necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a apresentar a Companhia perante a CVM, a B3 e a ANBIMA, conforme se faça necessário, podendo para tanto praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização das deliberações acima, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia. **6. Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura de presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada Mesa: David Gary Neeleman – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **Membros do Conselho de Administração presentes:** David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Renata Faber Rocha Ribeiro, Patrick Wayne Quayle, José Mario Caprioli dos Santos e James Jason Grant – Conselheiros. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.** Barueri, SP, 22 de dezembro de 2025. **Edson Massuda Sugimoto** – Secretário. **Anexo à Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2025. Termos e Condições do Bônus de Subscrição – Série Única.** 1. **Emissora:** Azul S.A. é uma companhia aberta, devidamente constituída de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Marcos Penteado de Ulião Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 09.305.994/0001-29 e com prazo de duração indeterminado ("Companhia"). 2. **Objeto.** No âmbito da Oferta, a Companhia aprova, dentro do limite do capital autorizado, a emissão em série única e atribuição dos Bônus de Subscrição, sem preço de emissão, atribuídos, gratuitamente, como vantagem adicional aos subscritores das Ações na Oferta. Cada bônus de subscrição conferirá ao seu titular o direito de subscrever a Quantidade de Novas Ações (conforme abaixo definido), durante o Período de Exercício (conforme abaixo definido), mediante o pagamento do Preço de Exercício (conforme abaixo definido), sujeito aos demais os termos e condições para o seu exercício ("Bônus de Subscrição"). 3. **Atribuição como Vantagem Adicional.** Serão atribuídos gratuitamente, como vantagem adicional à subscrição das Ações no âmbito da Oferta, 1 (um) Bônus de Subscrição para cada 1 (uma) Ação subscrita. 4. **Quantidade de Bônus de Subscrição.** Serão emitidos até 1.447.722.681.430 Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado, sendo 723.861.340.715 Bônus de Subscrição para subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia e 723.861.340.715 Bônus de Subscrição para subscrição de ações preferenciais de emissão da Companhia. 5. **Emissão.** Os Bônus de Subscrição serão emitidos no momento da emissão das Ações. 6. **Quantidade de Novas Ações:** Cada Bônus de Subscrição conferirá ao seu titular o direito de subscrever 23,08 novas ações ordinárias ou 15,54 novas ações preferenciais, conforme o caso, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Novas Ações"), respeitados eventuais ajustes, para cima ou para baixo, conforme aqui previsto ("Quantidade de Novas Ações"). 7. **Preço de Exercício.** O preço de exercício de cada Bônus de Subscrição corresponderá a R\$ 0,00006655 referente às ações ordinárias de emissão da Companhia e R\$ 0,00006655 referente às ações preferenciais de emissão da Companhia ("Preço de Exercício"). 8. **Período de Exercício.** O Bônus de Subscrição poderá ser exercido no intervalo que se inicia às 18:00 horas do dia 9 de janeiro de 2026 e se encerra às 18:00 horas do dia 12 de janeiro de 2026 ("Período de Exercício"). Após expirado o Período de Exercício, os Bônus de Subscrição não exercidos serão automaticamente extintos de pleno direito. 9. **Extinção dos Bônus de Subscrição Não Exercidos:** Expirado o Período de Exercício, os Bônus de Subscrição não exercidos serão cancelados e extintos de pleno direito, sem qualquer pagamento, compensação ou indenização aos titulares. 10. **Instituição Escriuturadora.** Os Bônus de Subscrição serão escriturados pelo Itaú Corretora de Valores S.A. ("Instituição Escriuturadora"). 11. **Forma.** Os Bônus de Subscrição terão forma nominativa e escritural e não haverá negociação no mercado secundário dos Bônus de Subscrição. 12. **Certificados:** Não serão emitidos certificados dos Bônus de Subscrição. 13. **Comprovação de Titularidade.** A titularidade dos Bônus de Subscrição será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Instituição Escriuturadora. Caso os Bônus de Subscrição estejam custodiados na Central Depositária de Ativos da B3 ("Central Depositária"), o extrato emitido em nome do titular pela Central Depositária servirá de comprovante de titularidade. 14. **Procedimento de Exercício.** Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos, durante o Período de Exercício, cujo início será divulgado pela Companhia por meio de aviso aos titulares de bônus de subscrição, observados os procedimentos da Instituição Escriuturadora e da B3, a exclusivo critério de seu titular, mediante a solicitação de exercício e o pagamento do Preço de Emissão, e sujeitos aos termos e condições descritos no item "Solicitação de Exercício" abaixo. 15. **Solicitação de Exercício:** Os titulares de Bônus de Subscrição deverão, dentro do Período de Exercício, entrar em contato com a Instituição Escriuturadora por meio do e-mail para exercê-los, mediante assinatura do boletim de subscrição, conforme modelo a ser disponibilizado pela Instituição Escriuturadora, e entrega da documentação exigida pela Instituição Escriuturadora, que deverá ser apresentada pelo titular para o exercício dos Bônus de Subscrição diretamente na Instituição Escriuturadora. 16. **Pagamento do Preço de Exercício:** O Preço de Exercício será pago em moeda corrente nacional (reais) obedecidas as regras e procedimentos próprios da Instituição Escriuturadora e da Central Depositária, conforme o caso. 17. **Data de Conversão:** Para todos os efeitos legais, os Bônus de Subscrição que forem exercidos durante o Período de Conversão somente serão considerados convertidos em Novas Ações na data que este Conselho homologar o aumento do capital social da Companhia e a emissão das Novas Ações decorrentes do exercício dos Bônus de Subscrição ("Data de Conversão"). 18. **Crédito das Novas Ações:** As Novas Ações subscritas em decorrência do exercício dos Bônus de Subscrição serão emitidas e creditadas em nome dos subscritores em até 3 (três) dias úteis da Data de Conversão. 19. **Direitos das Novas Ações:** As Novas Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos demais titulares de ações ordinárias ou de ações preferencias de emissão da Companhia, respectivamente, nos termos previstos em seu estatuto social, na legislação aplicável e no Regulamento do Nível 2, conforme vigentes na data de emissão dos Bônus de Subscrição. 20. **Alterações das Características do Bônus de Subscrição.** Eventuais alterações dos termos e condições dos Bônus de Subscrição originalmente aprovados pelo Conselho de Administração, serão plenamente eficazes em relação a todos os Bônus de Subscrição então existentes, desde que deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia e aprovadas pela maioria dos titulares de Bônus de Subscrição presentes à assembleia especial de titulares de bônus de subscrição especialmente convocada para tal fim. 21. **Autonomia:** Os Bônus de Subscrição são valores mobiliários autônomos e desvinculados das Ações e serão entregues aos respectivos subscritores no Dia Útil subsequente a Data de Liquidação. 22. **Tratamento de Frações de Ações:** O número total de Novas Ações mediante exercício dos direitos do Bônus de Subscrição será sempre um número inteiro, observado que para fins dessa análise deverão ser considerados o conjunto dos Bônus de Subscrição detidos por um mesmo titular e apresentado no âmbito do exercício. Eventuais frações de Novas Ações resultantes do exercício do conjunto dos Bônus de Subscrição mencionado anteriormente, em decorrência de quaisquer ajustes na Quantidade de Ações serão arredondadas: • para mais, caso a fração represente mais de 0,5; ou • para menos, caso a fração represente 0,5 ou menos. 23. **Normas Aplicáveis:** Os Bônus de Subscrição será regido pela legislação da República Federativa do Brasil. 24. **Público-Alvo:** As Cestas de Ações e os Bônus de Subscrição da Oferta Prioritária, serão destinados exclusivamente à colocação perante os Acionistas e os Lotes de Ações remanescentes serão ofertados, exclusivamente a Investidores Profissionais, incluindo as Entidades Credoras.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de dezembro de 2025

Data, Hora e Local: Realizada em 08 de dezembro de 2025, às 9h, na sede da Cia Nitro Química Brasileira ("Sociedade"), na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000.

Convocação, Presença e Publicações Prévias: Convocação dispensada nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em vista da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas, Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves.

Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) Contratação de uma Operação Financeira na modalidade Prê Pagamento a Exportação, com o Banco Itaú S.A., no valor de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos); (ii) Contratação de uma operação financeira na modalidade de *Standby Letter of Credit*, com o Citibank S.A. no valor de US\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos e mil dólares dos Estados Unidos); e (iii) Contratação de uma operação financeira na modalidade Carta de Fiança Bancária com o Banco BTG Pactual S.A. no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para garantia de Financiamento com a FINEP.

Deliberações: Os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: (i) a aprovação da contratação, pela Companhia, da Operação Itaú, na modalidade Prê Pagamento a Exportação junto ao **Banco Itaú S.A.**, no montante de até US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos), cujas condições finais da negociação, prazo, juros e custos constarão dos documentos da Operação a serem arquivados na sede da Companhia. Ficam autorizados os futuros aditamentos; (ii) a contratação, pela Companhia, da Operação Citi, na modalidade *Standby Letter of Credit*, junto ao **Citibank S.A.**, no montante de até US\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos e mil dólares dos Estados Unidos), igualmente sujeita às condições finais a serem estabelecidas nos documentos contratuais específicos, que também serão arquivados na sede da Companhia; e (iii) A contratação pela companhia da operação **BTG**, na modalidade de carta de fiança bancária junto ao Banco BTG Pactual S.A., no montante de até R\$ 30.000.000,00, para garantia de financiamento com a FINEP, cujas condições finais constarão dos instrumentos próprios, a serem arquivados na sede da Companhia. Ficam, ainda, autorizados os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetiva contratação e implementação das Operações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando, a assinatura dos respectivos contratos e demais documentos relacionados, podendo, para tanto, constituir mandatários e outorgar as procurações que se fizerem necessárias.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, esta assembleia geral extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; e Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Acionistas:** Lucas Santos Rodas; Paulo Zucchi Rodas; Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque; Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves; Faro Capital Fundo de Investimentos em Participações Multies-tratégias por sua gestora, Baraúna Gestora de Recursos Ltda., representada por André Oliveira Perosa e Gabriel Eduardo Sousa Lima e Campen Investimentos e Participações S.A., representada por André Oliveira Perosa e André Reginato. São Paulo, 08 de dezembro de 2025. *Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Sociedade.* JUCESP nº 437.523/25-1 em 26/12/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

